



INSPEÇÃO GERAL – INFÂNCIA E JUVENTUDE

COMARCA	BELÉM/PA
UNIDADE INSPECIONADA	3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
COMPETÊNCIA DA UNIDADE	EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS RESOLUÇÃO 019/2014 DO TJPA
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	24 DE MAIO DE 2023
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	JORGE ELIAS SOUSA RODRIGUES Assessor de juiz
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	TIARA GUEDES AIRES Analista Judiciário da CGJ

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Vanderley de Oliveira Silva, titular desde 02/06/2014.

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

- a. Férias: Não
- b. Folgas compensatórias: Não
- c. Licenças: Não

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

14 a 16 de abril de 2023

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Nenhum

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

19.04.2023

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	6



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Exclusivamente comissionados(as)	0
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários/as	1
Terceirizados/as	0

Informações Gerenciais de Pessoal - IGP

Opções de pesquisa:

Nome
 Local de trabalho
 Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa:

SubArea Forum Cível
Lotação 3ª Vara da Infancia e Juventude da Comarca de Belem
Gestor(a) Ricardo Alex Aben Athar Rodrigues
Localização FORUM CIVEL PROF. DR. DANIEL COELHO DE SOUZA
Telefones (91)3205-2329
E-mail Institucional

Juiz Titular Vanderley de Oliveira Silva

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Amanda Cristina Freire Farias Braz	Estagiario	Estagiario	Normal
Ellene da Silva Barbosa	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Emilio Sergio de Vasconcelos Carepa	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Fabio Benchimol Correa	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Franciely Cristina Pereira da Silva	Estagiario	Estagiario	Afastamento: Estag. - Férias: 15/05/2023 - 29/05/2023 - Dia(s): 15.
Jairo Filgueira de Oliveira	Estagiario	Estagiario	Normal
Krishna de Miranda Correa Comino	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Marcelo Medeiros Moreira Junior	Estagiario	Estagiario	Normal
Ricardo Alex Aben Athar Rodrigues	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Silvania Maria Reboucas de Arruda Cordeiro	Efetivo	Analista Judiciario	Afastamento: Aguardando Perícia: 03/03/2023 - 31/05/2023 - Dia(s): 90.
Vanderley de Oliveira Silva	Magistrados		Normal

2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	1
Exclusivamente comissionados(as)	1
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários(as)	2
Terceirizados(as)	0

Informações Gerenciais de Pessoal - IGP

Opções de pesquisa:

Nome
 Local de trabalho
 Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa:

SubArea Forum Cível
Lotação Gabinete da 3ª Vara da Infancia e Juventude da Comarca de Belem
Localização FORUM CIVEL PROF. DR. DANIEL COELHO DE SOUZA
Telefones (91)3205-2252
E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Flavio Imbelloni de Farias	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Jorge Elias de Souza Rodrigues	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2.1.3. Equipe Multidisciplinar:

Informações Gerenciais de Pessoal - IGP					
Opções de pesquisa:					
<input type="radio"/>	Nome	<input checked="" type="radio"/>	Local de trabalho	<input type="radio"/>	Comarca do estado
Informe local de trabalho para pesquisa:					
<input type="text" value="Equipe Multidisciplinar da 3ª Vara da Infancia e Juventude da Comarca de Belem"/>					
SubArea	Forum Cível				
Lotação	Equipe Multidisciplinar da 3ª Vara da Infancia e Juventude da Comarca de Belem				
Localização					
Telefones					
E-mail Institucional					
Nome	Vínculo	Grupo	Situação		
Ana Maria Braga da Silva	Efetivo	Analista Judiciario	Normal		
Edmar Ribeiro Duarte	Efetivo	Analista Judiciario	Normal		
Laercio Lopes Pinto	Efetivo	Analista Judiciario	Normal		
Leticia de Nazare Vieira Bastos	Efetivo	Analista Judiciario	Férias: 24/05/2023 - 07/06/2023 - Dia(s): 15.		
Liliam de Fatima Miranda Duarte	Efetivo	Analista Judiciario	Normal		

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Sim. Os servidores Fábio Benchimol Correa, mat. 36850, e a servidora Krishna de Miranda Corrêa Comino, mat. 92878. O controle da produtividade é através do relatório mensal de acompanhamento do teletrabalho (ANEXO I).

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

O Diretor informou que faz o controle de produtividade diariamente por meio do Painel de Gestão de Atividades e pelo PJE, através do repasse das demandas diretamente aos servidores.

Não há fixação de produtividade individualmente, de forma estabelecer metas específicas e checar o cumprimento, não é avaliado o resultado mensal/anual dos servidores.

A Corregedoria recomendou aos gestores que o controle de produtividade seja feito através de planilha/relatório individual das atividades de cada servidor, com planejamento de meta mensal e indicação do grau de cumprimento, devendo especificar as tarefas realizadas.

2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?

A unidade informou que utiliza o Painel de Gestão de Atividades para fazer o acompanhamento e que não há plano de ação.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correção tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 16/05/2023.

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	412	403
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	98	80
Total do acervo com prioridade	360	295
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	1	1
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	49	32
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	0	0
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	0	0



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

BELÉM 3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS+100	CONCLUSOS	CONCLUSOS+100
	327	1	32	0

ACERVO COM PRIORIDADE

PROCESSOS SUSPENSOS

CASOS NOVOS

PROCESSOS BAIXADOS

PROCESSOS META 1

PROCESSOS META 2

Paralisado entre (dias): 1 13677

Último movimento: Todos

Sistema: Todos

Acervo ativo por classe e situação processual

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Execução de Medidas Sócio-Educativas	201	99	300
Ação Civil Pública	19	4	23
Apuração de Irregularidades em Entidades de Atendimento	3		3
Processo de Apuração de Ato Infracional		1	1
Total	223	104	327

Lista de processos no acervo ativo da unidade

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE
08707832120228140301	2022	EM ANDAMENTO	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educat
08042590820238140301	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educat
08934032720228140301	2022	EM ANDAMENTO	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educat
08944235320228140301	2022	JULGADO	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educat
08272686720218140301	2021	JULGADO	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educat

Área: Todos

Em Gabinete (S: sim; N: não): Todos

Gratuidade (S: sim; N: não): Todos

Sigilo (S: sim; N: não): Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não): Todos

Prioridade (S: sim; N: não): Todos

Liminar/Tutela (S: sim; N: não): Todos

Número do processo: Todos



BELÉM 3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

ACERVO

ACERVO COM PRIORIDADE

PROCESSOS SUSPENSOS

CASOS NOVOS

PROCESSOS BAIXADOS

PROCESSOS META 1

PROCESSOS META 2

CASOS SUSPENSOS
80

Lista de processos suspensos

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	
08000553520208140006	2020	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educativas	11391 - Pr
08009718620228140301	2022	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educativas	9699 - Rol atividades
08029533820228140301	2022	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educativas	9699 - Rol
08042906220228140301	2022	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educativas	9699 - Rol 11391 - Pr
08061128620228140301	2022	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educativas	9699 - Rol 11391 - Pr
08070029320208140301	2020	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educativas	9699 - Rol
08081198520218140301	2021	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educativas	9699 - Rol 11389 - Lit à comunid
08086181520218140028	2021	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educativas	10688 - M
08092621220218140301	2021	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educativas	9699 - Rol atividades
08107166120208140301	2020	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educativas	9678 - Rol 11391 - Pr
08110566820218140301	2021	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educativas	11387 - Int
08118944020238140301	2023	PJE1G	1465	Execução de Medidas Sócio-Educativas	9676 - Fur Crime Tent

Último movimento: Todos

Sistema: Todos

Área: Todos

Número do processo: Todos

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	124
Total de processos julgados	507
Total de processos baixados definitivamente do acervo	81

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	860
Despachos	506
Sentenças com resolução de mérito	380
Sentenças sem resolução de mérito	127
Audiências realizadas	101

4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

Não

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade? Anexar.

Quem faz o controle é o magistrado. Não há plano de ação para unidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



A competência da Unidade é privativa de execução de medidas socioeducativas, o que interfere diretamente no grau de cumprimento da Meta 01 (julgar mais processo que os distribuídos).

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Sobre o Fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- a. (X) Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. (X) Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. (X) Movimentação processual;
- d. () Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. (X) Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- f. (X) controle dos prazos e imediata certificação.

6.2. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR n. 0002009-73.2.00.0814)

A Corregedoria identificou divergência entre a quantidade de processos suspensos constantes do PJE (90) e do PGJ (80). Diante disso, em após análise, constatou que havia 10 processos suspensos no sistema PJE sem observância do procedimento recomendado na nota técnica do DPGE (ofício circular 04/2022-CGJ), razão pela qual não aparecem como suspensos no PGJ, quais sejam: 0898826-65.2022.8.14.0301;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

0808201-48.2023.8.14.0301; 0826810-50.2021.8.14.0301; 0879558-25.2022.8.14.0301; 0856992-82.2022.8.14.0301; 0893432-77.2022.8.14.0301; 0893441-39.2022.8.14.0301; 0893452-68.2022.8.14.0301; 0892092-98.8.14.0301; 0807951-15.2023.8.14.0301.

6.3. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Não se aplica, em razão da competência da unidade.

6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e quaisquer naturezas de comunicação?

A unidade informou que realiza as atualizações “conforme a demanda”, sem especificar o método, frequência ou momento do fluxo processual que é realizada essa regularização.

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

Em consulta ao PJE, verificou-se que havia 34 notificações referentes aos últimos 15 dias no agrupadores da unidade:

Porém, quando selecionada a opção “sempre”, apurou-se o total de 970 pendências nos agrupadores que precisam ser depuradas pela unidade. A mais antiga de 25/05/2022.

A CGJ orientou a unidade sobre como utilizar a ferramenta agrupadores para fazer a triagem de todos os documentos que ingressam no processo eletrônico, bem como recomendou o acompanhamento diário, com a retirada do agrupadores a análise



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

e movimentação do processo. Além disso a unidade foi orientada a dar imediato cumprimento às comunicações da pasta agrupadores, considerando a prioridade absoluta da infância e juventude.

Interface do sistema PJe. No topo, há o logotipo 'PJe' e o nome de usuário 'Tiara Aires'. Abaixo, há uma barra de pesquisa com os botões 'PESQUISAR' e 'LIMPAR'. À esquerda, há um menu de navegação com ícones para Home, Favoritos, Documentos, Mandados, etc. À direita, há uma lista de filtros de busca:

- Petições avulsas não lidas - (283)
- Processos com habilitações nos autos não lidas - (22)
- Documentos não lidos - (104)
- Mandados devolvidos pelo oficial de Justiça - (254)
- Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciado - (305)
- Processos sob análise de prevenção - (2)

6.6. A remessa de processo no PJE o segundo grau está sendo motivada? Apontar 1 amostragem.

Sim. 0804480-59.2021.8.14.0301

6.7. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

0

6.8. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

23



6.9. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Sim. 01 processo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

6.10. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? (Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)

Presencial, e-mail, telefone e balcão virtual.

6.11. No último plantão judicial foi verificado se constam mandados pendentes de distribuição no perfil de plantão - oficial distribuidor, oriundos desta unidade? Se sim, foi realizada a depuração?

Sim. Não havia pendências.

6.12. Há processos arquivados no perfil de plantão cível – servidor arquivo – que sejam da competência desta unidade judicial? Identifique os processos.

Não.

6.13. Há processos de plantão, de competência desta unidade judicial, que estejam aguardando apreciação pela instância superior? Identifique.

Não.

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

Sim.

7.2. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Sim. (faltou anexar modelo)

7.3. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da secretaria.

Semanalmente. Não há mandados na unidade para depuração.
Havia 29 (vinte e nove) mandados pendentes de devolução pelo oficial de justiça, porém estavam dentro do prazo.

7.4. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

30 dias.

7.5. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?

Não há.

7.6. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

Não há Cartas Precatórias no acervo de classes da unidade, conforme dados extraídos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

do PGJ.

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.

26. As audiências estão ocorrendo 100% na modalidade presencial.

8.2. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

41 audiências de reavaliação de medida socioeducativa.

8.3. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Sim. 01.

8.4. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (*Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023*)

05 (cinco). Ação Civil Pública - Garantia de direitos dos socioeducandos.

8.5. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (*Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023*)

24h

8.6. Quantas audiências concentradas para reavaliação do acolhimento (infância e juventude) de crianças e adolescentes foram realizadas nos últimos 6 meses? Identifique os processos correspondentes.

Não se aplica, em razão da competência.

8.7. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?

Não se aplica, em razão da competência.

8.8. Constam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos?

Não se aplica, em razão da competência.

8.9. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.

Não se aplica, em razão da competência.

8.10. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias. Identifique os processos.

Não se aplica, em razão da competência.



8.11. Com que frequência é realizada a Busca Ativa no SNA? Caso negativa a busca ativa para município, estado, e o restante da federação, a criança é colocada à disposição da CEJAI TJPA? Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional?

Não se aplica, em razão da competência.

8.12. Como é feito o controle dos adolescentes que estão em cumprimento de internação provisória? Anexar listagem/planilha.

Não se aplica, em razão da competência.

8.13. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias?

Não se aplica, em razão da competência.

8.14. A unidade utiliza o sistema CNAEL (Cadastro Nacional de adolescentes em conflito com a Lei) do CNJ? Identifique quais tipos de guias são expedidas? Por amostragem verifique 03 (três) processos com a guia regularmente expedida.

Sim. Guia de execução definitiva e guia unificadora das medidas socioeducativas de internação, semiliberdade, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.
0844977-81.2022.8.14.0301/ 0840414-10.2023.8.14.0301/ 087814-29.2022.8.14.0301.

8.15. Após o cumprimento da internação provisória ou de medida socioeducativa aplicada ao adolescente, a unidade efetua baixa da guia no sistema CNAEL? Por amostragem, identifique 03 (três) processos que atestem essa condição.

Sim. Processos 0887308-78.2022.8.14.0301/ 0825765-40.2023.8.14.0301/ 0838594-53.2023.8.14.0301, porém não consta nos autos documento que ateste essa condição. A unidade informou que o sistema não emite documento comprobatório da baixa. Desta forma, a CGJ recomendou que, após a baixa da guia no CNAEL, seja certificado nos autos o cumprimento do ato.

Além disso, foram identificadas no sistema CNAEL guias de execução provisória e definitiva ativas pendentes de baixa, pelo que a unidade foi orientada a fazer uma depuração a fim de encerrar as que já tiverem sido cumpridas ou que estejam com o processo arquivado.

8.16. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos últimos 6 meses? (Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023).

112.

A 3ª Vara da Infância e Juventude é competente para executar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade de todo o Estado, bem como fiscalizar as entidades executoras das medidas socioeducativas de internação, semiliberdade e internação provisória localizadas na Região Metropolitana tendo em vista a competência dada pela Resolução 019/2014-GP.

O Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) objetiva estabelecer parâmetros nacionais para a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

uniformização dos procedimentos de inspeções judiciais das unidades socioeducativas do meio fechado (internação, internação provisório e semiliberdade) e programas do meio aberto que compõem o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Sua criação encontra respaldo na **Resolução CNJ 77/2009**, alterada pela Resolução CNJ 326/2020, cujo art. 1º dispõe sobre a obrigação dos(as) juizes(as) com competência para a execução de medidas socioeducativas de realizarem pessoalmente as inspeções judiciais nos programas socioeducativos.

Em consulta ao **Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS)**, a Corregedoria identificou que a unidade as inspeções bimestrais estão sendo realizadas e cadastradas no sistema, atendendo à determinação do OFÍCIO Nº 619/DMF do Conselho Nacional de Justiça.

8.17. Os mandados de busca e apreensão expedidos (art. 184, §3º, ECA) estão sendo reavaliados a cada 06 meses, conforme regramento do art. 47 da Lei 12.594/12 – SINASE (Art. 47. O mandado de busca e apreensão do adolescente terá vigência máxima de 6 (seis) meses, a contar da data da expedição, podendo, se necessário, ser renovado, fundamentadamente). Por amostragem, identifique 03 (três) processos que atestem que a unidade está adotando tal medida.

Sim, as reavaliações ocorrem a cada seis meses. Processos coletados por amostragem 0829953-13.2022.8.14.0301; 0841344-96.2021.8.14.0301; 086753-36.20218.14.0301

8.18. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

Todas as audiências estão sendo realizadas na modalidade presencial, mas quando necessário fazer de outra forma a resolução está sendo observada.

8.19. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Sim.
A CGJ orientou os servidores de como utilizar o PGJ para baixar a planilha do acervo da unidade a fim de acompanhar o andamento dos processos de modo que não entrem nos paralisados há mais de 100 dias, recomendando que a Vara trabalhe com o prazo de 50 dias, considerando a prioridade absoluta dos feitos da infância e juventude.

8.20. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA?

Sim.

8.21. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (gestão judiciária)?

A meta 02 já está cumprida. Não há processos pendentes de julgamento.

9. CORREIÇÃO ANUAL:

9.1. Data da última Correição realizada pela Corregedoria na Unidade Judicial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2019

9.2. Data da última correição ordinária realizada pelo(a) magistrado(a) na Unidade Judicial. Identifique o processo.

17/05/2023. PJE-COR 0001960-95.20213.2.00.0814 (Ref. 2022)

9.3. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral? Quais?

Não.

10. Boas Práticas:

A unidade apresentou como boa prática o Projeto PERNOH, que é desenvolvido em parceria com outros órgãos e tem como objetivo contribuir e instrumentalizar os equipamentos de execução da política de assistência social enquanto propagadores e executores dos serviços e de reforçar a importância do monitoramento, da avaliação e efetividade da oferta sem interrupção, executando os serviços de forma segura ao público alvo das ações e atividades.

O público alvo do projeto são os socio educandos encaminhados pela Fundação De Atendimento Sócioeducativo Do Pará - FASEPA e do Centro de Referência De Assistência Social - CREAS e sua família; Mulheres vítimas de violência doméstica encaminhadas pela Coordenadoria De Mulheres De Belém – COMBEL.

Belém, Pa, conforme assinatura.

SILVIA MARA BENTES DE
SOUZA COSTA:4596

Assinado de forma digital por SILVIA
MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2023.06.19 22:38:42 -03'00'

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria

Documento assinado digitalmente

gov.br

TIARA GUEDES AIRES
Data: 21/06/2023 16:12:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Tiara GUEDES AIRES
Analista Judiciário da CGJ